

2019S00M1289

Karla Karolina Harada Souza | PUC-SP / USJT

Internacionalization and constitutionalization of environmental law: considerations about environmental protection in the European Union and in Brazil

A revaluation on the concept and application of the law and norms of environmental protection, is a present and urgent matter. The interest in the object, the environment, to be satisfactorily protected, reinforces the duty to search for an implementation of the law and the legislation regarding environmental protection related to internal, transnational and international-Global issues, giving reinforcement to its judicial protection and fulfilment. The issues environmental are, or should be, a relevant concern to all branches of law, to all States and to the society as a whole, and should not only be supported by Environmental Law, given that only by spreading the ideals and modifying the standards, habits and social instruments, we can effectively achieve environmental objectives. In this sense, this paper seeks to develop a brief study of the evolution and dissemination of Environmental Law, its constitutionalization, and the treatment given to it in European countries and the European Union as well as in Brazil, for a holistic understanding of the matter.

Key-words: Environmental Law; International Law; Comparative Law.

2019S09M1291

Sandra Tavares | UCP

Direitos fundamentais no feminino: conceptualização e prática

A comunicação foca a sua análise na hipótese de uma leitura específica dos direitos fundamentais numa ótica feminina/feminista. Partindo da Constituição da República Portuguesa, será ensaiada uma tentativa de leitura (ou releitura) de direitos aí consagrados à luz das especificidades e necessidades do feminino, de modo a garantir uma autêntica igualdade. O cerne da comunicação compreenderá um esforço de comparação entre o texto constitucional e a prática quotidiana, seja pelo confronto entre direitos fundamentais e a sua concretização legal adequada à situação feminina, seja pela constatação prática do (des)respeito dos direitos no feminino, designadamente via violência de género sedimentada na sociedade, até a nível institucional.

Análise documental: análise da Constituição da República Portuguesa e de normativos infraconstitucionais; análise de jurisprudência. Análise de estatísticas.

A apreciação dos normativos existentes e, muito concretamente, da sua (não) aplicação, constatada via análise jurisprudencial e via consulta de estatísticas, permite aferir o fosso entre a concretização dos direitos formalmente e a sua garantia prática.

Dos resultados obtidos, assume-se a necessidade de reforçar o estudo teórico do direito no feminino e a exigência de medidas práticas que imponham uma efetiva garantia de direitos às mulheres, num processo histórico de construção de igualdade ainda por concluir.

Palavras-chave: direitos fundamentais; condição feminina; igualdade material; aplicação da lei